

DK

COMPANHIA ELÉCTRICA DAS BEIRAS

S. A. R. L.

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

BALANÇO

E

PARECER DO CONSELHO FISCAL

TRIGÉSIMO TERCEIRO EXERCÍCIO

1967

SEDE

RUA DO BRASIL, 1
COIMBRA

DELEGAÇÃO

RUA DAS CHAGAS, 17 R/C
LISBOA

COMPANHIA ELÉCTRICA DAS BEIRAS

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Capital Social 150 000 Contos

Sede Social — COIMBRA

Rua do Brasil, n.º 1

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Accionistas da Companhia Eléctrica das Beiras a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede da Companhia, em Coimbra, pelas 15 horas do dia 30 de Março, com a seguinte ordem do dia:

- 1) — Discutir, aprovar ou modificar o relatório, balanço e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1967;
- 2) — Proceder à eleição dos Corpos Gerentes para o triénio 1968-1970.

Coimbra, 1 de Março de 1968.

O Presidente da Assembleia Geral,

José Ribeiro Espírito Santo Silva

N. B. — As acções ao portador para efeitos da sua representação na Assembleia Geral, podem ser depositadas na Sede da Companhia, em Coimbra, no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa ou qualquer outro Banco português que comunique os depósitos para esse fim realizados.

A cada 50 acções corresponde um voto, podendo os titulares de menor número de acções agrupar-se nos termos legais desde que o comuniquem ao Presidente da Assembleia Geral com antecedência de 3 dias do designado para a reunião.

Não podem tomar parte na discussão e deliberação da Assembleia Geral os accionistas que não tenham direito a voto.

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

Excelentíssimos Senhores Accionistas:

Vimos submeter à apreciação de V. Ex.^{as} para deliberação, nos termos legais, o Balanço e as Contas respeitantes ao ano de 1967 e o Relatório dos factos de maior interesse ocorridos durante o exercício.

Já posteriormente ao seu encerramento, tivemos o desgosto de perder duas personalidades marcantes na vida da nossa Companhia: a Senhora Dona Maria Emília Mexia Santos e o Sr. Dr. António Pinheiro Pinto Basto. A Companhia Eléctrica das Beiras sempre se considerará devedora da sua primeira Accionista fundadora, Senhora de raras qualidades de energia e carácter. Ao Vogal do Conselho Fiscal, que, tanto pelos seus dotes de inteligência, trato e conduta, como pelos elevados cargos que desempenhou, gozava do maior prestígio nos nossos meios económicos e sociais, aqui deixamos o testemunho da profunda saudade, que, para a Companhia e todos nós, resultam da falta de um categorizado colaborador e de um verdadeiro e grande Amigo.

EXPLORAÇÃO E ESTATÍSTICA

A precipitação medida no aproveitamento de Santa Luzia — 1115 mm — foi inferior a 80% das que foram anualmente registadas nos nossos udómetros desde 1935. O ano que passou foi, pois, um ano seco.

Em consequência da fraca pluviosidade e apesar de se ter utilizado uma parte das reservas acumuladas no final de 1966, a produção das nossas centrais foi apenas de 46 225 510 kWh, pelo que tivemos de comprar 192 088 039 kWh, mais de quatro vezes a energia que produzimos, para podermos satisfazer os compromissos de fornecimento, que são cada vez maiores.

Os consumos evoluíram de forma mais favorável que em 1966, mas, no conjunto, a taxa de crescimento, que rondou os 9 %, não atingiu ainda a média do último decénio. Os consumos industriais colocaram-se, porém, acima, com 13 %, o que é bom sinal de recuperação económica.

Os gráficos que inserimos neste relatório dão uma ideia da evolução do nosso mercado nos últimos 25 anos.

OBRAS

Foi muito grande o volume de trabalho realizado durante o ano, não obstante as dificuldades que encontramos no recrutamento de mão de obra não especializada.

Na baixa tensão, o investimento ultrapassou pela primeira vez a dezena de milhar de contos, excedendo de 25 % o máximo anual imobilizado anteriormente. Os nossos Serviços executaram 56 electrificações, elevando desta forma para 420 o número de povoações rurais das nossas concessões a que no último decénio facultámos novas possibilidades de desenvolvimento e demos melhores condições de vida. Estas obras foram realizadas em colaboração com o Estado e com as autarquias locais, que as subsidiaram parcialmente.

Ligámos ainda à nossa rede de grande distribuição dez postos de transformação, pertencentes a distribuidores locais de baixa tensão, destinados também a abastecimento de outros aglomerados populacionais. A nossa comparticipação foi de cerca de 85 % do custo dos respectivos ramais.

Na subestação da Candosa, próximo de Oliveira do Hospital, cuja construção foi iniciada nos últimos dias de 1966, terminámos a instalação de 60 kV, fazendo-se já, através dela e de um posto de seccionamento provisório, o abastecimento da rede regional a 15 kV. Os restantes trabalhos, incluindo a construção dos edifícios, continuam em ritmo plenamente satisfatório.

Na subestação do Pontão, concelho de Ansião, que se encontra praticamente terminada, prossegue a montagem dos aparelhos de comando automático e prepara-se a instalação de uma bateria de condensadores de 15 kV, para melhoria do factor de potência. Com esta instalação, além de melhorarmos o rendimento da nossa rede de 60 kV e as condições de regulação da tensão, vamos reduzir de forma apreciável a aquisição de energia reactiva, que começava a pesar no custo da exploração.

A rede de grande distribuição foi acrescentada com 70 km de linhas e ramais de 15 e 30 kV e efectuámos a remodelação e a adaptação, para 15 kV, de 22 km de linhas, que tinham sido estabelecidas, algumas há mais de 20 anos, para a tensão de 6 kV. Estes trabalhos implicaram a adaptação à nova tensão de vários postos de transformação, com a substituição total da aparelhagem de alta tensão existente.

NOVOS APROVEITAMENTOS

O conceito que a Direcção tem dos seus deveres, das funções que exerce, da instituição que serve e o respeito e consideração que os seus Accionistas lhe merecem, impõem-lhe a obrigação de dar completo conhecimento e informação objectiva dos factos mais relevantes relacionados com o aproveitamento do rio Mondego, assunto da maior importância para a vida e o futuro da Companhia. A publicação, em separado, da correspondência trocada com as Entidades Officiais e a Imprensa sobre os acontecimentos mais salientes do passado ano, que directa ou indirectamente se prendem com o aproveitamento do Mondego, e os comentários, que, neste capítulo teremos de fazer, destinam-se a possibilitar a formação de juízo seguro sobre as decisões tomadas, as orientações adoptadas ou esboçadas e a permitir a V. Ex.^{as} a sua oportuna correcção, quando elas não tenham sido as mais adequadas. Assim, merecem referência especial os seguintes factos e acontecimentos:

- diligências tendentes a promover o andamento do processo do aproveitamento de Vila Soeiro no Alto Mondego;
- factos relacionados com o melhor aproveitamento do Baixo Mondego;
- recurso para o Supremo Tribunal Administrativo.

*

Entregue, a 1 de Fevereiro de 1967, o projecto definitivo e actualizado do aproveitamento de Vila Soeiro, foi dada cabal satisfação aos pedidos, que insistentemente nos foram transmitidos por officios, meses antes, pela Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, e aos anseios muito justificadamente manifestados pelas forças vivas do distrito da Guarda, que cedo se aperceberam de que o problema do abastecimento de água àquela cidade só ficaria convenientemente resolvido com a construção daquele aproveitamento.

Apesar das nossas repetidas e insistentes diligências, os meses foram passando sem que o processo respectivo tivesse o normal andamento. Não podemos deixar de manifestar a nossa estranheza pelo procedimento que parece estar a ser adoptado. Na verdade, foi necessário um grande esforço dos nossos Serviços Técnicos para concluir rapidamente a actualização deste projecto, acedendo assim ao interesse manifestado pela Direc-

ção-Geral dos Serviços Hidráulicos, que pretendia incluí-lo no III Plano de Fomento. O estudo foi realizado ao abrigo de alvará concedido nos termos legais, com estrito respeito das obrigações exigidas por Lei. Não podemos compreender que aguarde, inexplicável e longamente, informações ou despachos, que representem a consideração devida a essa mesma Lei, sem uma justificação legal conhecida e sem a devida consideração pelo normalismo processual que rege os actos da Administração. Relacionada com este assunto, V. Ex.^{as} poderão ainda tomar conhecimento da correspondência, que em separado publicamos, trocada com a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos sobre a intromissão da H. E. Z., ao pretender realizar estudos, observações e medições nos perímetros, que, por alvará, nos foram concedidos para estudo. Não parece curial que, baseado num despacho, que está sendo objecto de recurso, se conceda protecção a uma empresa, que pretende imiscuir-se nas áreas legalmente atribuídas a outra, sem que o Estado ou os Tribunais tenham resolvido em definitivo sobre as concessões dos aproveitamentos projectados nestas áreas.

*

O III Plano de Fomento incluiu, sem o dotar, o aproveitamento do Baixo Mondego. Posteriormente, constou-nos que foi atribuída uma verba, que inicialmente era de 38 000 contos e hoje se encontra reduzida a 18 000 ou 13 000, para estudos e trabalhos complementares destinados à construção da barragem da Aguieira. Como V. Ex.^{as} devem estar recordados, a nossa Companhia, através da voz autorizada do Chefe dos nossos Serviços de Estudos e Projectos, Senhor Engenheiro António Hall Themido, participou na discussão do parecer, que, em 1964, o Conselho Superior de Obras Públicas emitiu sobre o aproveitamento a construir no Baixo Mondego. O Conselho acabou por preferir, por maioria, o aproveitamento da Aguieira, em oposição com a opinião dos nossos Serviços Técnicos e de outros técnicos de reconhecida competência e independência. Em síntese, esta corrente minoritária, apoiava a sua opinião nos seguintes factos:

- a) — que o aproveitamento do Caneiro-Dão realizava devidamente todas as funções exigidas ao escalão do Baixo Mondego;
- b) — que não inunda a povoação da Foz do Dão nem os seus terrenos, ao contrário do que acontece com o aproveitamento da Aguieira

- que dá origem a um problema social delicado e submerge a Ponte Salazar;
- c) — que as suas fundações estão suficientemente reconhecidas e não apresentam problemas especiais, o que já se não verifica na Aguieira, onde o terreno é de má qualidade e está ainda sem ser reconhecido nas zonas de maior responsabilidade;
 - d) — que o seu custo é menor, mesmo sem ter em conta o inevitável encarecimento da barragem da Aguieira, devido às fundações e ao facto de se tratar de uma estrutura de tipo ainda não construído no nosso país;
 - e) — que a barragem de arcos múltiplos, tal como foi projectada para a Aguieira, não parece adequada para suportar os esforços a que terá de ficar submetida.

Decorridos mais de três anos sobre a data deste parecer, não se tem conhecimento de que haja sido homologado, mas receia-se que se estejam a processar diligências tendentes a concessionar à H. E. Z. o aproveitamento da Aguieira. Na verdade, sob o ponto de vista estritamente energético, as obras especificadamente aprovadas pelo III Plano de Fomento garantem a satisfação das necessidades do consumo nacional até 1973 e não implicam a construção, até aquela data, de qualquer dos aproveitamentos projectados para o Mondego. Só interessará portanto iniciar durante a vigência daquele Plano, o aproveitamento do Baixo Mondego, que se impõe pelo simples facto de ser necessário à resolução dos problemas agrícolas dos campos de Coimbra e de Cantanhede ao Vouga e de poder servir de motor de arranque ao desenvolvimento económico da região subdesenvolvida das Beiras.

Com a utilização da pequena verba atrás referida em estudos e trabalhos na Aguieira, pretende-se, possivelmente, promover a rápida homologação do parecer do Conselho Superior de Obras Públicas respeitantes ao Baixo Mondego e criar compromisso legal com a H. E. Z., concessionando-lhe aquele aproveitamento. Antes que tais decisões possam ser tomadas, cumpre-nos, com a franqueza que nos caracteriza, declarar abertamente que estamos convencidos de que as dificuldades técnicas, que a deficiente natureza do terreno deixa prever, e a delicadeza da estrutura projectada encarecerão substancialmente esta obra. A outorga da sua concessão a

empresa diferente da C. E. B. terá de ser impugnada perante os Tribunais aos quais já fomos forçados a recorrer para que justiça seja feita à vossa Companhia.

Em 30 de Janeiro de 1967, apresentámos, no Supremo Tribunal Administrativo, a petição de recurso do despacho conjunto de Suas Excelências o Ministro das Obras Públicas e o Secretário de Estado da Indústria, que confia à H. E. Z. estudos para completar o inventário dos recursos hidroeléctricos do Mondego. Pelo opúsculo, distribuído em princípios de Fevereiro p. p., tomaram V. Ex.^{as} conhecimento das alegações que pelo advogado da nossa Companhia, Ex.^{mo} Sr. Dr. Jorge Pratas e Sousa, foram deduzidas e do parecer, que as acompanhou, da autoria do Ex.^{mo} Sr. Prof. Doutor Afonso Queiró e do seu Assistente, Ex.^{mo} Sr. Doutor António Barbosa de Melo. O magnífico trabalho realizado por estes ilustres juristas está entregue ao Supremo Tribunal Administrativo, ao qual compete ditar, com a necessária oportunidade e a costumada independência, a justiça que merecemos. Resta-nos informar V. Ex.^{as} de que, antes de encerrado o exercício, fomos notificados de que a recorrida, H. E. Z., juntara, na resposta às nossas alegações, um parecer do Ex.^{mo} Sr. Prof. Doutor Marcello Caetano, a que o nosso advogado teve oportunidade de fazer os indispensáveis comentários apesar do escasso prazo de cinco dias, que, de acordo com a Lei, lhe foi concedido. Esperamos que o veredicto daquele Supremo Tribunal possa esclarecer princípios pouco claramente enunciados pelo Decreto-lei n.º 47 240 e que deverão reger a nossa política energética. Relacionado com este assunto, deverão V. Ex.^{as} encontrar, no opúsculo que acompanha este relatório, cópias da correspondência trocada com Sua Excelência o Secretário de Estado da Indústria a propósito das declarações deste ilustre membro do Governo sobre a política energética esboçada pelo Ministério da Economia. Continuamos a estar convencidos de que a concentração das fontes de produção de energia nas empresas de economia mista, que actualmente constituem a rede primária, e a posterior redução do seu número, não são impostas por motivos de carácter técnico, económico ou financeiro, antes traduzem uma tendência para o alargamento do campo de acção das empresas de economia mista, que poderá conduzir à socialização da nossa produção energética. É natural que a invasão do campo económico, realizada através de empresas de economia mista,

leve a Administração a ter propensão a proteger as empresas em que tenha interesse directo e que a protecção e a pressão que poderá exercer nos sectores industriais, que escolheu para «animar», possa vir a ser ditada por critérios quase exclusivamente políticos, com menosprezo de importantes factores económicos. Numa síntese, que consideramos feliz, o patronato britânico, ao apreciar um recente projecto de lei de expansão industrial que envolve a tendência para a adopção de tipos de empresas de economia mista, facto natural num governo trabalhista, acusa aquele projecto de «socializar pela porta de serviço». No entanto, a lei em causa prevê somente a possibilidade de o Estado participar, em posição que pode ser minoritária, no capital daquelas empresas que livremente solicitarem a sua ajuda. A nós parece-nos que o Estado, ao ter de optar entre uma empresa privada, concessionária de um serviço público, e uma empresa pública ou socializada, directa ou indirectamente, não deve hesitar. Como a concorrência, salutar lei do progresso, tem menos influência, no sector da produção e distribuição de energia, sujeita ao condicionalismo imposto pela sua natureza de serviço público, do que no das indústrias puramente concorrenciais, a gestão daquelas empresas tem mais tendência, ou para amolecer ou para exorbitar. Se as empresas concessionárias forem privadas, o Estado facilmente impede o abuso, e o amolecimento não pode prolongar-se, sob pena do aparecimento da falência a prazo mais ou menos curto. Para finalizar este nosso comentário resta-nos apelar, mais uma vez, para o Governo, no sentido de tomar na devida consideração os legítimos interesses de uma empresa, que dedicou o melhor do seu trabalho, num esforço sério e persistente ao longo de 25 anos, ao aproveitamento do rio Mondego, que banha a região que serve e constituiria finalidade lógica para o seu natural desenvolvimento.

Sabemos que ao Governo competem as decisões económicas gerais e às empresas o dever de, esgotados os meios legais de defesa, a elas se adaptarem e actuarem o melhor que puderem e souberem. Mas sabemos também que, qualquer que seja a orientação futura dada à produção energética nacional, a outorga das concessões do Mondego à Companhia Eléctrica das Beiras e o consequente reforço da sua capacidade produtora, que é um acto de justiça, em nada alteraria a nova panorâmica, que parece pretender adoptar-se.

A confiança, que depositámos nos processos de actuação que regem há longos anos a nossa Administração Pública, ao realizar, ao abrigo da Lei,

estudos e trabalhos muito dispendiosos e de reconhecido mérito, não pode deixar de ser tida na devida consideração e justamente recompensada. Qualquer decisão desfavorável afectaria o futuro da nossa empresa, traduzindo-se em prejuízos que excedem, em muito, o simples custo dos estudos e trabalhos realizados.

PESSOAL

O ano de 1967 deverá ser justamente considerado um ano árduo e pouco compensador. Mercê da competência, dedicação e interesse do Pessoal da Companhia, foi possível combater os factores adversos e tirar o melhor partido das poucas oportunidades que surgiram. Louva-se por isso o nosso Pessoal, cuja acção muito contribuiu para se manter, em ritmo seguro, a actividade da Companhia.

ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL

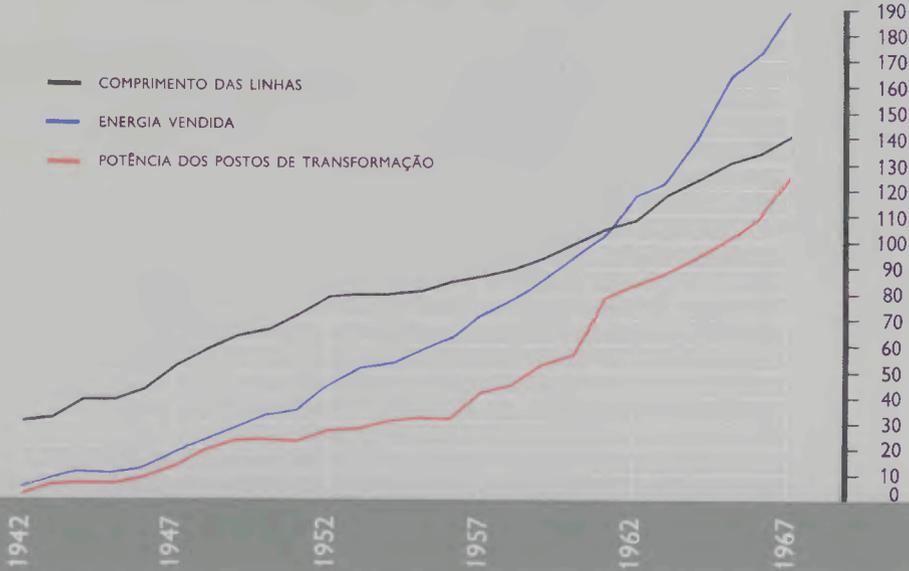
Através do Fundo de Assistência ao Pessoal, temos continuado a diligenciar minorar os sofrimentos de todos aqueles que são atacados pela doença, surpreendidos pela infelicidade ou vítimas da morte. Como pensamos que a forma como se dá vale tanto ou mais do que aquilo que se concede, temos apreciado e estimulado a maneira humana e simples como o ideal do F. A. P. tem sido interpretado, amparando moralmente e sempre que possível com a nossa presença, todos os casos de infortúnio.

No aspecto cultural, que está devidamente integrado na estrutura empresarial, os nossos Centro de Documentação e Biblioteca e Centro de Estudos têm continuado a exercer dinâmica actividade, tendente à melhoria da formação profissional dos servidores da Companhia. Estamos certos de que o aumento do nível dos seus conhecimentos terá reflexo directo e imediato na melhoria da qualidade do seu serviço. Quanto à actividade cultural e desportiva, afins da actividade da empresa e exercidas através do nosso Centro Recreativo, que já completou três anos de profícua existência, registamos a criação, junto das instalações da Central de Santa Luzia, de um centro de divertimento e convívio para o pessoal daquele núcleo trabalhador. Temos fundadas esperanças de que este melhoramento possa contribuir para a fixação do Pessoal naquele ermo e servir a grande causa do melhoramento do seu nível cultural e físico.

EVOLUÇÃO DA REDE DE ALTA TENSÃO

- COMPRIMENTO DAS LINHAS
- ENERGIA VENDIDA
- POTÊNCIA DOS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO

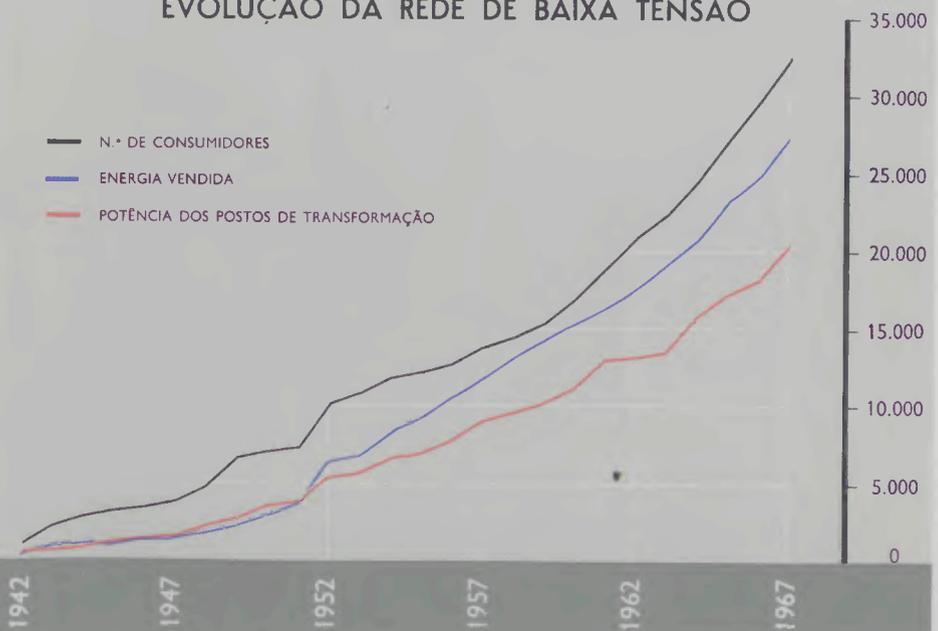
DEZENAS
DE Km
GWh
MVA



EVOLUÇÃO DA REDE DE BAIXA TENSÃO

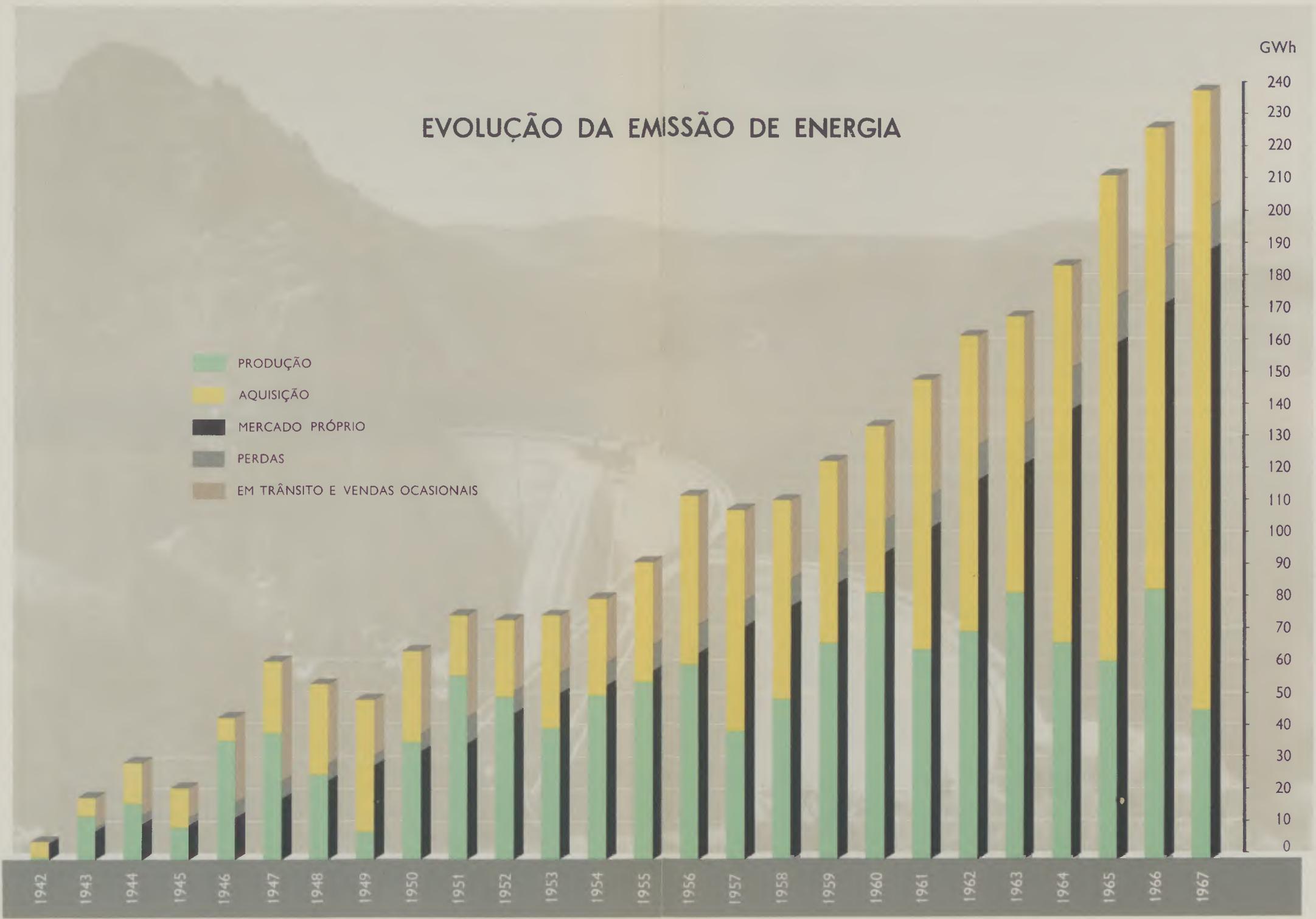
- N.º DE CONSUMIDORES
- ENERGIA VENDIDA
- POTÊNCIA DOS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO

MVA
x VA



EVOLUÇÃO DA EMISSÃO DE ENERGIA

- PRODUÇÃO
- AQUISIÇÃO
- MERCADO PRÓPRIO
- PERDAS
- EM TRÂNSITO E VENDAS OCASIONAIS



ENERGIA MOVIMENTADA EM 1967

AQUISIÇÃO
80,6%

PRODUÇÃO
19,4%

EM TRÁNSITO E
VENDAS OCASIONAIS
14,9%

PERDAS E
SERVIÇOS AUXILIARES
5,7%

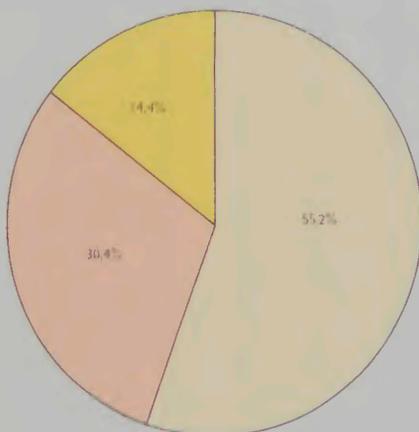
DISTRIBUIDORES
43,8%

INDÚSTRIA
24,0%

BAIXA TENSÃO
11,5%

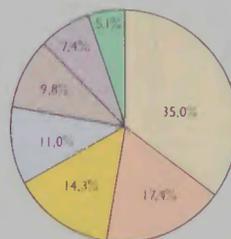
ENERGIA VENDIDA EM 1967

ALTA TENSÃO



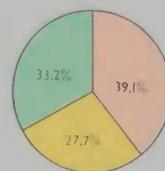
DISTRIBUIDORES
INDÚSTRIA
BAIXA TENSÃO

INDÚSTRIA



MADEIRA
TÊXTIL
MINEIRA
PAPEL
CERÂMICA
ALIMENTAR
DIVERSOS

BAIXA TENSÃO



USOS DOMÉSTICOS
FORÇA MOTRIZ
ILUMINAÇÃO E OUTROS USOS

GRÊMIO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE ELECTRICIDADE

Por ter sido aprovado, pela maioria das empresas congéneres, o princípio da rotação nos cargos gremiais, deixou a vossa Companhia de estar representada na Direcção do G. N. I. E., tendo sido eleita, em Assembleia Geral de 30 de Janeiro de 1967, para a presidência da Mesa da Assembleia Geral da Divisão de Distribuição. Em virtude dos problemas graves e importantes que a antiga Direcção tinha em vias de resolução e que exigiam continuidade de acção, pensamos não ter sido oportuna a mudança das empresas que a compunham. Seguimos, na nova função que nos foi confiada, com a habitual diligência, a actividade deste Organismo. Continuaremos a pugnar para que sejam entregues ao estudo e apreciação do Grémio todos os problemas de interesse comum e para que as decisões tomadas representem o interesse e o sentir das empresas agremiadas. Isto não quer dizer que se entenda dever dar ao G. N. I. E. a estrutura de uma entidade completamente independente e que possua vida própria e interesses «super-partes». Julgamos que o organismo representante do nosso sector industrial deverá reflectir o pensamento das empresas agremiadas, deverá ouvir sempre os seus legítimos representantes e servir como núcleo aglutinador dos seus interesses. O nosso Grémio, de constituição facultativa, existe porque existem empresas privadas, livremente constituídas, que sentiram a necessidade de se organizarem corporativamente e a sua acção só será frutuosa, enquanto for fiel intérprete dos seus legítimos interesses e anseios.

REPARTIDOR NACIONAL DE CARGAS

Na reunião do Conselho Geral deste organismo, realizada no mês de Maio, a nossa Companhia foi novamente eleita para a sua Comissão Directiva. Continuámos portanto a ter oportunidade de colaborar nas decisões desta Comissão e de acompanhar de perto a actuação dos seus Serviços, que se desenvolveu pela forma tradicional, caracterizada por elevada competência e perfeita isenção.

COLABORAÇÃO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

O cumprimento rigoroso de todas as obrigações ditadas pelos contratos de crédito industrial a longo prazo, que nos têm sido oportunamente concedidos pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, dá-nos

a certeza antecipada de que esta prestigiosa Instituição, continuará a dar à nossa Companhia, o apoio e a compreensão, que se têm traduzido na concessão dos financiamentos indispensáveis ao investimento exigido pelo contínuo progresso da sua actividade. Esta preciosa colaboração, que se mantém há já algumas dezenas de anos, merece ser destacada e muito gratamente reconhecida. Também nos é grato acentuar o valioso apoio financeiro, que continua a prestar-nos o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa.

CLIENTES

Uma saudação muito especial para todos os nossos Ex.^{mos} Clientes, credores do nosso reconhecimento pela forma como tem sido encarada a colaboração que nos honramos de prestar.

DIRECTOR GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

Nos princípios do ano de 1967, assistimos, com pesar, à saída do Ex.^{mo} Sr. Eng.^o António Metello de Nápoles, que durante longos anos exerceu, com raro apuro e muita inteligência, o cargo de Director-Geral dos Serviços Eléctricos. Ao seu sucessor, Ex.^{mo} Sr. Eng.^o Elisiário Faria Monteiro, de cuja rectidão de carácter, alta competência e elevado dinamismo a indústria de electricidade muito tem a esperar, desejamos o maior êxito no desempenho das novas funções.

DELEGADO DO GOVERNO

Os deveres do cargo impõem ao nosso Delegado do Governo a delicada missão de ser intérprete junto da nossa Companhia de orientações, que nem sempre lhe são favoráveis. É como expressão de um profundo sentimento de justiça que desejamos traduzir o nosso muito apreço pela impecável atitude assumida pelo Ex.^{mo} Senhor Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida, que tem conseguido, respeitando inteiramente as obrigações da função, compreender os legítimos direitos e interesses da Companhia.

CORPOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral — Ao findar este triénio, queremos, mais uma vez, manifestar aos seus Ex.^{mos} Presidente, Vice-presidente e dedicados Secretários os nossos agradecimentos pela forma sempre acolhedora e auto-

rizada com que foram tratados os mais importantes problemas da empresa, que ao seu superior e prudente conselho foram submetidos. Foi para toda a Direcção da C. E. B. uma honra, com um significado muito especial, continuar a ter o privilégio de ver presidir à Assembleia Geral da Companhia, a figura notável do Ex.^{mo} Sr. Dr. José Ribeiro Espírito Santo Silva.

Conselho Fiscal — Dirigimos ao Ex.^{mo} Conselho Fiscal profundo agradecimento pela valiosa e oportuna colaboração prestada à Direcção nas decisões que teve de tomar sobre os graves problemas postos pelo passado exercício. Ao manifestarmos a nossa gratidão ao digno Conselho Fiscal, seja-nos permitido destacar a acção desenvolvida pelo seu Ex.^{mo} Presidente, Sr. Engenheiro Mamede Fialho, cuja viva personalidade, competência e permanente dedicação aos interesses da nossa Companhia muito contribuíram para o encontro da melhor orientação a adoptar na defesa dos seus legítimos direitos.

SITUAÇÃO FINANCEIRA E CONTAS

O investimento, que realizámos no ano findo, cerca de 24 000 contos, excedeu largamente o dos anos anteriores. É a tendência natural da indústria da electricidade, que, para acompanhar o desenvolvimento irremediável dos consumos de energia, tem de investir continuamente mais capitais, quer em novas instalações quer na renovação das que se tornaram incapazes, por obsolescência, desgaste ou saturação.

Utilizado completamente o crédito que nos foi concedido em 1963 pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, haverá que estudar nova operação financeira, que nos habilite a prosseguir uma obra que compete à nossa Companhia, concessionária de serviço público, e que é de interesse fundamental para o desenvolvimento económico da vasta região do País que abastecemos.

Temos assistido, nos últimos anos, a uma elevação muito pronunciada das taxas de juro, com o fim de se adaptarem «às realidades e aos conditionalismos de ordem externa e interna, determinantes das pressões que se vêm exercendo» nos mercados do dinheiro. Esta elevação causa sérias preocupações à indústria da electricidade, porque os encargos de capital pesam fortemente na formação do preço de custo da energia.

Para acompanhar a subida da taxa de juro e remunerar as acções ao portador com dividendos líquidos, que, em média, sejam superiores ao juro

líquido dos títulos de rendimento fixo últimamente emitidos, com o fim de assegurar o interesse dos Senhores Accionistas pelo financiamento da Companhia, teremos de distribuir dividendos superiores aos dos últimos anos, e de reforçar os fundos de reserva, o que não é possível ainda neste exercício, em que a conta de Resultados apresenta o lucro de 15 582 448\$70, inferior ao do ano que passou. O resultado foi, evidentemente, agravado com a redução da produção, a que atrás fizemos referência; com a actualização, ainda incompleta, dos vencimentos e salários; com o pagamento de encargos fiscaes para que não estávamos preparados, designadamente o Imposto de Comércio e Indústria pela produção, apesar de termos isenção expressa no caderno de encargos; e com o aumento do custo dos materiais de consumo. Mas foi também prejudicado pela inesperada demora na actualização de tarifas prevista nalguns contratos municipais, quer de alta, quer de baixa tensão, cujas cláusulas, elaboradas superiormente, têm permitido que se proteja por alguns anos uma revisão, que, além de contratual, tem plena justificação, até porque suportamos já, desde Janeiro de 1966, o aumento do custo da produção da rede primária.

Para aquele saldo da conta de Ganhos e Perdas, temos a honra de propor a V. Ex.^{as}, nos termos do art. 32.º do Estatuto, a seguinte aplicação:

1) — para Fundo de Reserva Legal (art. cit. n.º 1)	779 122\$44
2) — para dividendo de 8 % ao Capital	12 000 000\$00
3) — para o disposto no n.º 4 do art. cit.	934 946\$92
4) — participação sobre os lucros para distribuir pelo Pessoal, nos termos do n.º 5 do art. cit.	1 700 000\$00
5) — para fundo de Reserva Especial, o saldo restante ,	168 379\$34

Coimbra, 5 de Março de 1968.

A Direcção

André Daniel Calvo Velasco

Inácio Nunes Ferreira

Manuel Gil Albuquerque d'Orey

Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castelo Branco

André d'Orey Velasco

João Santos Menano

BALANÇO
E
RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Balanço Geral em 31 de

Dezembro de 1967

ACTIVO

Disponível

Caixa		1 370 057\$48	
Depósitos à Ordem		8 990 187\$33	10 360 244\$81

Realizável

Devedores		19 135 820\$31	
Recibos a Cobrar		2 381 931\$80	
Títulos em Carteira e Quotas Sociais		28 096 420\$70	
Devedores por Cauções		562 528\$50	
Armazém		23 129 722\$27	
Serviço nas Oficinas		2 575 274\$57	75 881 698\$15

Imobilizado

Valores afectos às concessões

Instalações	380 964 295\$18		
Obras em Construção	13 322 730\$62	394 287 025\$80	

Valores não afectos às concessões

Instalações (próprias)	19 486 034\$97		
Obras em Construção:			
Estudos e Projectos:			
Novos Aproveitamentos 19 770 380\$96			
Electrificações 1 514 534\$06	21 284 915\$02		
Diversas	227 558\$82	40 998 508\$81	
Material Alugado		10 023 980\$57	
Material Circulante		2 918 105\$65	
Móveis e Utensílios		5 283 088\$09	59 223 683\$12
			453 510 708\$92

Contas de Ordem

Material Encomendado		1 647 692\$20	
Títulos em Depósito		6 554 000\$00	
Títulos em Caução		300 000\$00	
Garantias Especiais		39 500\$00	8 541 192\$20
			548 293 844\$08

PASSIVO

Exigível no Exercício Seguinte

Vencimentos e Salários	339 807\$85	
Dividendos	181 088\$72	
Credores	17 732 490\$93	
Credores por Cauções	2 566 043\$05	20 819 430\$55

Exigível a Longo Prazo

Financiamentos (C. N. C.)		63 498 010\$80
-------------------------------------	--	----------------

Contas de Ordem

Credores por Material Encomendado	1 647 692\$20	
Credores por Títulos em Depósito	6 554 000\$00	
Cauções de Gerência	300 000\$00	
Credores por Garantias Especiais	39 500\$00	8 541 192\$20

Reintegrações

Instalações	182 282 672\$75	
Obras em Construção	1 417 943\$91	
Material Alugado	7 097 372\$56	
Material Circulante	1 604 008\$03	
Móveis e Utensílios	4 400 850\$23	196 802 847\$48

Quotas de Reversão

		568 876\$60
--	--	-------------

SITUAÇÃO LÍQUIDA

Capital	150 000 000\$00	
Fundo de Reserva Legal	14 218 565\$41	
Fundo de Reserva Especial	7 730 440\$07	
Provisões Diversas	5 462 256\$21	
Reserva para Reavaliação	60 569 776\$06	
Reserva para Regularização de Dividendos	4 500 000\$00	
Resultados do Exercício	15 582 448\$70	258 063 486\$45
		548 293 844\$08

Coimbra, 31 de Dezembro de 1967

O Chefe dos Serviços Administrativos
Técnico de Contas,
João Henrique Dias

A Direcção,

André Daniel Calvo Velasco
Inácio Nunes Ferreira
Manuel Gil Albuquerque d'Orey
Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castelo Branco
André d'Orey Velasco
João Santos Menano

Explicação da conta de Resultados do Exercício

(Ganhos e Perdas)

<u>DÉBITOS</u>		<u>CRÉDITOS</u>	
Despesas Gerais de Reparação e Conservação	370 501\$49	Energia Eléctrica	15 292 355\$95
Serviço de Transportes	785 057\$97	Aluguer de Material	501 309\$21
Reintegrações:		Juros, Descontos e Transferências	65 850\$82
de Instalações	757 419\$61	Lucros e Perdas	91 467\$45
de Móveis e Utensílios	199 742\$16	Rendimentos diversos	1 744 186\$50
Resultados do Exercício	15 582 448\$70		
	17 695 169\$93		17 695 169\$93

Coimbra, 31 de Dezembro de 1967

O Chefe dos Serviços Administrativos
Técnico de Contas,

João Henrique Dias

A Direcção,

André Daniel Calvo Velasco
Inácio Nunes Ferreira
Manuel Gil Albuquerque d'Orey
Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castelo Branco
André d'Orey Velasco
João Santos Menano

PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas:

Cumpre ao Conselho Fiscal apresentar o seu parecer sobre o Relatório, Balanço e Contas que a Direcção submete à apreciação da Assembleia Geral.

Mas antes queremos manifestar todo o nosso pesar pelo falecimento ocorrido, já em 1968, do nosso Colega Dr. António Pinheiro Pinto Basto.

Dotado de grande inteligência, esmerada educação e elevada distinção de trato, era o Dr. Pinto Basto um prestimoso companheiro que sempre colaborou com o melhor bom senso na resolução dos problemas apresentados.

É pois com grande desgosto e profunda saudade que registamos o seu falecimento.

Associamo-nos também ao pesar da Direcção pelo falecimento da Ex.^{ma} Senhora Dona Maria Emília Mexia Santos, accionista fundadora da nossa Companhia.

Merece o nosso apreço o bem elaborado relatório da Direcção que define a forma como decorreram os negócios da Sociedade e a sua situação económica e financeira.

Examinados periódicamente os elementos da escrituração, verificamos que o Balanço e as Contas aqui apresentadas foram, como sempre, elaborados com o mais perfeito rigor, pelo que lhe damos a nossa aprovação.

Mais uma vez tivemos ocasião de verificar o grande e permanente esforço da Direcção na resolução dos difíceis problemas surgidos, sobresaindo de entre estes os que se referem ao aproveitamento das águas do Mondego, tratando de tudo sempre com elevado critério, em defesa permanente dos interesses da Companhia, dando assim exemplar cumprimento à difícil tarefa que lhe está confiada.

É também muito de apreciar e louvar a assistência que tem sido prestada a todos aqueles que trabalham na Companhia, que bem merecem pela forma dedicada como actuaram.

Desejamos finalmente manifestar à Direcção o nosso reconhecimento pelas facilidades que sempre nos concedeu para o cumprimento das nossas funções e as palavras amigas que nos dirigiram no seu Relatório.

Nestes termos somos de parecer:

- 1.º — Que aproveis o Relatório, Balanço e Contas do Exercício de 1967;
- 2.º — Que aproveis a proposta da Direcção quanto à aplicação do saldo da conta do resultado do Exercício;
- 3.º — Que aproveis um voto de reconhecimento e merecido louvor à Direcção pela muita prestimosa acção desenvolvida;
- 4.º — Que aproveis um voto de louvor a todos que servem a nossa Companhia, manifestando-lhes o agradecimento pela muito dedicada colaboração.

Coimbra, 12 de Março de 1968.

O CONSELHO FISCAL

Mamede Fialho (pela Empresa Industrial do Freixo)
José dos Santos Bessa
Luís Le-Cocq de Azevedo Coutinho
Laércio Simões Lopes

